

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e doze minutos, no salão nobre dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal Manuel Joaquim Pisco Lopes e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

Faltou a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, por se encontrar ausente em representação do Município, de acordo com o Despacho n.º 243/2018, anexo à presente ata, sob o registo n.º 1.

Faltou o Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, por se encontrar ausente em representação do Município, de acordo com o Despacho n.º 241/2018, anexo à presente ata, sob o registo n.º 2.

A Sra. Vereadora Teresa Alexandra Malveiro Andrade esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 a 6.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito da Divisão de Educação, do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Nuno Carvalho – O PSD, como já tinha mencionado anteriormente, colocou uma pergunta à Comissão Europeia, através do eurodeputado Carlos Coelho, no que diz respeito àquilo que é o processo de consulta pública referente à obra comumente designada “dragagens do rio Sado”. Esta pergunta incidiu, especificamente, sobre a forma como foi conduzida a consulta pública. Isto, porquê?

Porque, sobre essa matéria, os pescadores e associações de pescadores não foram consultados e deviam ter sido. Acho que nenhum de nós, naturalmente, contorna essa questão, nem a própria APSS acha que eles não deveriam ter sido consultados. Deveriam ter sido e não foram, na fase de consulta pública. Porventura, os operadores marítimo-turísticos também não foram e também têm um interesse económico direto sobre o rio Sado. Também deveriam, mas não foram, mas aí como não estão constituídos em associações, poderia ser desculpável. Acresce também, o facto de o próprio município de Grândola também não ter sido consultado na fase de consulta pública.

Portanto, existe aqui alguma correção, no mínimo no que diz respeito à recolha de informação. Mas, mais do que isso, especificamente sobre a questão que toca ao setor da pesca e aos pescadores (Setúbalpesca, Bivalmar, Sesibal), aquilo que é um dos aterros - há um aterro junto ao terminal Ro-Ro e há um outro aterro no delta do rio. O aterro no delta do rio, creio que o próprio PCP também já manifestou preocupação sobre essa matéria e a própria APSS, na sessão de esclarecimento, também disse que essa situação era necessária ser revista. Esse aterro, confirmaram-me as 3 associações com que tive oportunidade de voltar a reunir, é incontornável que terá um prejuízo direto e difícil de calcular, de tal forma poderá ser arrasador na atividade piscatória.

Portanto, especificamente sobre esse aterro, cuja mudança de local em nada condiciona o futuro desta obra, naturalmente que poderá haver burocracias associadas, naturalmente que há prazos para cumprir, naturalmente que há questões de impacto ambiental, mas a questão é que não há nenhum estudo de impacto ambiental completo sobre aquilo que é o verdadeiro dano que pode haver sobre a atividade da pesca.

E sobre esta matéria, especificamente sobre o aterro que está na zona do delta do rio, creio que merece um tratamento à parte, que infelizmente, não foi tratado. Podia ter sido tratado na fase de consulta pública, se tivessem falado com os pescadores, porque eles não estão contra as dragagens.

Não se trata aqui, de ser a favor ou contra as dragagens. Trata-se de um problema desta obra e do impacto negativo que ela traz para um setor fundamental no concelho de Setúbal. Inclusive, o próprio Município de Setúbal menciona essas preocupações quando foi consultado e fá-las refletir no título único ambiental. Creio que essa matéria é de extrema importância ser vista. Na sexta-feira, quando falei com eles, não havia qualquer tipo de indicação de que poderia ser revista a localização, ou seja, há preocupações manifestadas, como todos nós ouvimos, da parte da APSS, mas não existe nenhuma indicação de que esse aterro irá ter uma nova localização. Creio que é fundamental nós tratarmos este assunto, pelo menos de uma forma diferenciada.

Se for caso disso - e esta é uma mera sugestão, caso não exista nenhuma novidade, e eu creio que não existirá até ao momento - acho que isso não deve ser prejudicial nós refletirmos e se for preciso, até fazermos uma reunião privada sobre essa matéria, porque não tem a ver com as obras das dragagens, a favor ou contra. Não!! Tem a ver nada mais, nada menos, com aquilo que é o setor da pesca. Não creio que exista divergência sobre isso, mas penso que a Câmara Municipal de Setúbal deve estar muito atenta sobre essa preocupação, como

de resto os partidos já estão. Portanto, não é inovador aquilo que eu estou a dizer nem é bandeira política de ninguém.

Naturalmente, também só dar uma palavra de preocupação sobre aquilo que se passa - e é só uma palavra de preocupação - no que diz respeito àquilo que é a greve dos estivadores.

Já aqui falámos sobre isso, não vou estar a repetir esse tema, mas é uma palavra de preocupação e manifesto uma nova palavra de solidariedade, porque infelizmente até agora, não se encontrou uma solução e cada dia que passa os estivadores não estão a receber, portanto, não é uma situação propriamente fácil para eles. Não é uma situação propriamente fácil para as empresas, que também sofrem com os efeitos da greve. Por isso, todos nós queremos a resolução o mais rapidamente possível.

Por último, queria fazer uma pergunta que diz respeito à intenção que o PSD tem de elaborar uma proposta e que se concentra naquilo que é algum projeto, que exista ou não, referente a protocolos a celebrar com o Instituto Politécnico de Setúbal, especificamente mais nas áreas referentes às tecnologias de informação. Porque é que eu coloco essa pergunta? Está no programa do PSD e nós pretendíamos avançar com essa proposta, mas ela parece consequente. Deverá ser consequente no tempo e consequente no conteúdo. Consequente no tempo significa que não faz sentido apresentar uma proposta se já alguma iniciativa se estiver a desenrolar por parte da Câmara Municipal e daí a pergunta. Deve ser consequente no conteúdo, porque não cabe a um vereador da oposição, também, estar aqui a lançar propostas de protocolos de colaboração sem perceber aquilo que é o sentido do próprio Município.

Resumindo e concluindo, face àquilo que foram os vários projetos apresentados e àquilo que tem sido a tendência do Município de Setúbal, com um excelente desenvolvimento do ponto de vista turístico e uma preocupação significativa daquilo que é o seu embelezamento urbanístico e o cuidado urbanístico do próprio município, há sempre um ou outro setor que normalmente, anda de mãos dadas com o turismo e que tem a ver, precisamente com a fomentação de *"startup"*, especialmente ligadas à área das tecnologias de informação.

Assim foi com Lisboa, assim foi por exemplo com a Califórnia, em que de uma região geográfica onde existe uma forte componente turística, nasceu Palo Alto, nasceu Silicon Valley. Em Lisboa, assistimos às fábricas *"startup"*, assistimos a excelentes concentrações e comunidades que se entrecruzam. Aqui no caso do Município de Setúbal, nós temos no futuro, uma oportunidade de poder começar a alavancar, em parceria com o Instituto Politécnico de Setúbal, mas não só, conseguir tentar reproduzir aquilo que é feito em Braga, com a Star Up Braga ou com a Bragainveste, em que o município não é, nada mais, nada menos, do que o congregador daquilo que são os *"business angels"*, daquilo que são os fundos de investimento que estão disponíveis e, com isso, apenas pretende reunir o espaço físico e as competências que existem dentro do município, para que se crie um ambiente mais favorável ao investimento. Em regra, estes ambientes tendem-se a desenvolver em zonas onde o desenvolvimento turístico também está em maior pujança.

Eu gostaria de perguntar se existe, entre o Município de Setúbal e o Instituto Politécnico de Setúbal – e não há mal nenhum se não existir – algum protocolo, alguma conversa neste sentido, de procurar ter algum desenvolvimento ou algum aproveitamento. Se não existir, não há mal nenhum e aí, depois caso exista esse interesse, eu farei chegar em primeira linha, linhas de ideias sobre aquilo que é a proposta que pretendemos apresentar, para ver se a mesma colhe a receptividade, ou não, porque acho que estas propostas não devem ser metidas à reunião da Câmara, porque não se deve votar uma proposta a favor de ninhos ou de fomento empresarial procurando que ela venha aqui sem uma discussão prévia. Não é uma forma séria de colocar as coisas.

Por isso, gostaria de fazer a pergunta e, em segunda linha, também perceber a receptividade de poder discutir e desenvolver esse tema, remetendo o respetivo documento aos vereadores, quer do PS, quer da CDU.

Sr. Vereador Paulo Lopes - Um pouco em resposta ou em comentário à questão que o Vereador Nuno Carvalho aqui levantou, em relação às dragagens, a posição de todos os partidos é amplamente conhecida. Portanto, penso que não merece grande comentário da nossa parte.

Aliás, foi o próprio vereador que, numa reunião, até disse que isto já está até a outro nível. Portanto, vamos acompanhar, vamos ver. Foi criada uma comissão de acompanhamento, que era algo que o Partido Socialista desejava e, portanto, vamos acompanhar as obras pela Comissão de Acompanhamento e, também, vamos ver quais são os trâmites que as diligências que o PSD está a fazer, ou não. Pessoalmente, acho que não, nada muda a posição que o Partido Socialista tomou até ao momento. Portanto, não tenho muito a dizer sobre essa matéria.

Em relação à greve dos estivadores, queria dizer que o Partido Socialista de Setúbal acompanhou todo o processo e solidarizou-se, até em sede da Assembleia Municipal. Na última sessão da Assembleia Municipal houve um consenso alargado, de todos os partidos, com a luta destes trabalhadores, os estivadores precários do Porto de Setúbal. Condenamos, como é óbvio, as práticas laborais que foram levadas a cabo pelas empresas que tornam regimes de exceção em regra e em regra continuada. Portanto, penso que isso é claro, e empresas que têm uma importância estratégica para a economia da região e do país, acho que privilegiar a estabilidade contratual e laboral então ainda mais peso tem.

Mas, nestas questões, não basta ficarmos só pela solidariedade. É preciso agir, é preciso tomar uma ação e eu acho que este Governo, apoiado pela maioria parlamentar - e eu aqui, sinto-me bastante orgulhoso, porque este Governo, apoiado pela maioria parlamentar, fez algo que nenhum governo, nem do PS nem do PSD, para trás conseguiu fazer, que foi a regularização dos precários na administração pública central e local. Isso teve um impacto, independentemente, do tempo passar, naqueles milhares de trabalhadores que, finalmente, viram reconhecido o seu trabalho. E, aqui na Câmara de Setúbal, já temos vindo a assumir e a regularizar bastantes trabalhadores nessa matéria. Tem um impacto que, com certeza lhes durará para sempre.

Portanto, eu acho que chega o momento em que é preciso passar da solidariedade para a ação e este Governo tem tido, nesta matéria, em relação ao trabalho precário, uma ação que outros governos, para trás, não tiveram. Aquilo que acompanhamos, neste momento, é que o Estado está a tentar ou o Governo está a mediar o conflito que existe, esperando - enfim, por aquilo que são as últimas notícias - que haja um acordo à vista. Era importante, realmente, que se resolvesse para todos. Para os visados, que estão sem receber, como o vereador Nuno Carvalho disse, numa luta que é justa, para as empresas e para a economia do país, como é óbvio, que não pode ser feita a qualquer custo.

Em relação à proposta do Sr. Vereador, obviamente, o Partido Socialista está inteiramente disponível para participar em todos os grupos de trabalho que a maioria do Executivo entender criar. A estratégia do Município faz-se exatamente, fazendo, também, alguns pactos. Eu diria pactos de regime, no sentido de consenso alargado, entre os vários partidos, para que, enfim, perdurem no tempo e que tenham um impacto positivo no concelho.

Portanto, da parte do Partido Socialista, caso seja essa a vontade da maioria CDU, que gere os destinos do Executivo, estamos totalmente disponíveis para falarmos sobre as matérias que o Vereador Nuno Carvalho falou e outras que também nos preocupam.

Sr. Vereador Pedro Pina - Queria só, a propósito das intervenções do Sr. Vereador Nuno Carvalho e agora do Vereador Paulo Lopes, dar duas breves notas.

Muito tem sido falado, muito tem sido dito e muito tem sido escrito sobre a matéria que diz respeito às dragagens e sobre a matéria que diz respeito aos estivadores. Muito se tem ouvido da parte do Partido Social Democrata, com várias e diferentes posições, quer no quadro da Câmara Municipal, quer no quadro da Assembleia Municipal, quer no espaço público de intervenção que assiste, quer ao Partido Social Democrata, quer ao Partido Socialista e ao Partido Comunista e à CDU e aos Verdes, etc.

De qualquer modo, eu creio que importa que, sem prejuízo do papel que queiramos atribuir às diferentes entidades, em particular à Câmara Municipal, que com certeza, não deixa, com as competências que lhe assistem, no quadro do Município de Setúbal, eu creio que é muito importante que nós nunca percamos o sentido e a responsabilidade de quem de direito sobre estas matérias.

Nós podemos dizer o que quisermos e o que entendermos e termos os pontos de vista que quisermos ter sobre estas matérias. Não podemos é, em momento algum, ignorar e perceber quem tem responsabilidades sobre esta matéria e quem pode, efetivamente, resolver os problemas. Depois, podemos ter todos a máxima solidariedade sobre a luta dos estivadores, podemos ter todos a máxima preocupação sobre o processo das dragagens, mas temos que ter todos, penso eu, a máxima clareza sobre quem tem responsabilidade direta sobre estas matérias. Portanto, é bom que isto fique claro. Penso que é importante que fique claro, porque, por maior que seja a iniciativa que a Câmara Municipal, de uma forma sintonizada, de uma forma partilhada, de uma forma participada por todas as bancadas e por todos os partidos, há responsabilidades das entidades competentes sobre esta matéria, quer no que diz respeito às dragagens, quer no que diz respeito aos estivadores.

Parecendo matéria dissociada destes dois temas que nos têm ocupado, diria eu, nos últimos meses, queria, em nota telegráfica, pegar num tema que nos ocupou o verão, para a dizer o seguinte: na passada sexta-feira, num programa televisivo que eu creio que todos conhecemos, que se chama Expresso da Meia-Noite, falou-se a propósito do trágico acontecimento que aconteceu em Borba. Endereço condolências às famílias enlutadas e, também, ao Município de Borba. Só trago esta matéria porque, no Expresso da Meia-Noite, uma das pessoas convidadas, uma pessoa do IGOT, deu como exemplo, a propósito do trágico acontecimento de Borba, aquilo que foi a tomada de posição da Câmara Municipal de Setúbal e da Proteção Civil de Setúbal, relativamente à questão da Arrábida.

É muito mau ter que falar deste tema mais uma vez, relacionado com uma tragédia que, fatalmente, fez com que morressem pessoas, mas é importante que, quando discutimos coisas que muitas vezes parecem ser acessórias, quando falamos da vida de pessoas, elas não são tão acessórias quanto isso. Portanto, por vezes, na política é difícil tomar decisões como aquelas que a Câmara Municipal decidiu, mas não é menos importante dizer que quando acontecem tragédias nos devem, uma vez mais, dar este sentido responsabilidade e saber que há decisões difíceis que têm que ser tomadas, exatamente para acautelar aquilo que são tragédias como aquela a que, infelizmente, todos assistimos e a que o país assistiu, na passada semana, em Borba, e de reconhecer que estas medidas preventivas que, de facto, a Câmara Municipal de Setúbal tomou, relativamente à Arrábida, acautelaram uma tragédia maior e asseguraram o bem-estar de todos aqueles que puderam usufruir das praias no período de verão, na época balnear de 2018.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Independentemente das outras considerações - eu percebo-as, PSD, PS, etc, é normal metermos isso pelo meio - mas, indo aqui à questão fundamental, que não queria que passasse ao lado, estou a falar daquilo que é o aterro 1, no que diz respeito às dragagens. Estou a falar de situação específica, não estou a falar das dragagens de forma generalizada, uma questão específica, que é o aterro no delta do rio. Ou seja, há dois aterros, há o 1, que é no delta do rio, que é perto daquilo que é a zona onde está o alimento dos peixes e onde os peixes se alimentam e é isso que pode perturbar toda a atividade piscatória. Por isso, é um tema dissociado daquilo que é a obra de forma generalizada e, especificamente, aquilo que é a pesca em Setúbal, que interessa à Câmara de Setúbal, independentemente de nós não termos competência sobre isso.

Obviamente, há uma preocupação, expressa por parte de outros partidos aqui representados e, por isso, eu acho que o acompanhamento que deve ser feito, até falei numa reunião privada, acho que deve demonstrar preocupação. Não é procurar mediatizar ou partidizar ou politizar, o tema é suficientemente grave que é para termos uma atenção sobre isso. É isso que estou a querer dizer.

Sobre estas considerações, percebo, entendo. Mas, políticas à parte, isto é uma questão distinta que não é bandeira de ninguém. É uma preocupação à parte.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Relativamente à intervenção do Vereador Pedro Pina, estamos inteiramente de acordo.

Nós, Partido Socialista, nunca omitimos qualquer tipo de responsabilidade de quem quer que seja. Nós sabemos quem são as entidades que têm responsabilidade sobre estas matérias. Nós, nas nossas intervenções, nas nossas tomadas de posição, sempre fomos claros relativamente a isso e continuaremos a sê-lo sempre, nem que, para isso, tenhamos que tomar oposições contrárias àquelas que forem as posições dessas entidades responsáveis. Se entendermos que havemos de o fazer, fá-lo-emos. Portanto, relativamente à questão das dragagens, assumimos uma posição clara, que é conhecida nesta Câmara Municipal.

Relativamente à questão da greve dos estivadores, solidarizamo-nos com a moção que foi apresentada pelo Vereador do PSD Nuno Carvalho. Eu estive, até, no primeiro dia de luta, como observador, porque entendi que devia estar como observador no local da manifestação dos estivadores. Entendi que devia estar a observar, sem ter outro tipo de postura e cada um tem a postura que entende ter, relativamente às questões. Cada um faz aquilo que entender e estavam representantes de vários partidos, com responsabilidades diversas.

Identifiquei-me e estive em contacto com as forças de segurança, a tentar perceber o que se iria passar e vi aquilo que se passou, efetivamente. Gosto de ver no local, para depois poder, também, testemunhar, se for necessário, aquilo que se passou efetivamente. Estive, sem ter necessidade de ter uma postura diferente. Cada um faz o que quer, relativamente às questões, e essa é uma forma de nos solidarizarmos, também. É perceber, é entender, é observar e é tomarmos posições nos locais certos. É isso que nós temos feito aqui, com responsabilidade. Aliás, todos nós temos feito isso. Todos os partidos têm tomado uma posição responsável, relativamente a estas matérias, porque são matérias sérias, que têm que ser tratadas seriamente nos sítios certos.

Portanto, aí, todos nós devemos estar orgulhosos daquilo que fazemos, porque é a nossa responsabilidade, enquanto autarcas, enquanto políticos, fazê-lo. Estaremos juntos, certamente, na discussão destas matérias. O seu desafio, Sr. Vereador Nuno Carvalho, está aceite, como já disse o Vereador Paulo Lopes, para o futuro, para aquilo que for necessário. Estaremos cá para isso. Nós trabalhamos para a população de Setúbal, todos nós.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira - Relativamente à existência de algum protocolo do Município com o Instituto Politécnico de Setúbal, sobre matérias relacionadas com tecnologias de informação e comunicação, o Município de Setúbal tem um diálogo próximo com o Instituto Politécnico de Setúbal. Temos mantido não só a nossa presença, naquilo que são os órgãos e nos convites que nos têm feito, mas temos procurado aprofundar esse mesmo relacionamento.

E, na procura de aprofundar esse relacionamento, temos vindo a trabalhar na elaboração de um protocolo abrangente, relativamente às relações entre a Câmara Municipal de Setúbal e o Instituto Politécnico, as suas diferentes vertentes, que, de alguma forma enquadrem o conjunto de parcerias que se desenvolvem entre a Câmara, entre vários serviços da Câmara e as várias escolas. Na área de comunicação, por exemplo, nas áreas da formação, nas áreas da educação, em diversas áreas.

A título de exemplo, por iniciativa do Município, a edição 2019 da E TECH terá como um dos parceiros institucionais o Instituto Politécnico, pela primeira vez, com o envolvimento do seu contributo. Temos conversado sobre a eventualidade de abraçar alguma parceria de aproveitamento de espaços públicos que possam permitir o desenvolvimento de projetos de investigação e de inovação no nosso concelho. Gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer referência a um trabalho que tem sido desenvolvido pelo Instituto Politécnico e que, desde a primeira hora, o Município patrocinou, tendo dado o seu apoio e o seu contributo e que se vai consubstanciar na inauguração, no próximo dia 5 de Dezembro, de uma oficina Lu Ban de robótica, no Instituto Politécnico de Setúbal, mais concretamente na Escola Superior

de Tecnologia, num acordo de parceria que o Instituto Politécnico está a desenvolver com escolas, com estabelecimentos de ensino do Município de Tianjin, na China, num investimento considerável.

Num investimento que, numa primeira fase, é esta oficina Lu Ban de robótica e que se está a trabalhar para que, numa segunda fase, ser uma oficina Lu Ban ligada à acupuntura. E, já agora, valorizar o facto de a única licenciatura em acupuntura numa universidade pública na Europa ser aqui, no nosso Instituto Politécnico. Isso é algo que está a ser muito valorizado, que é importante e que o Município tem vindo a apoiar.

Neste dia 5, iremos participar na inauguração. Penso que o Instituto Politécnico irá convidar, naturalmente, o conjunto dos vereadores. Não é da nossa responsabilidade, porque é nas suas instalações, mas resulta de um trabalho de cooperação estreito que tem vindo a ser feito.

Penso que as propostas de qualquer vereador, independente do partido pelo qual foram eleitos, relativamente a aspetos que poderão melhorar a nossa cidade, e, no caso em concreto, potenciar o relacionamento do Instituto Politécnico com a cidade de Setúbal, serão, naturalmente, bem-vindas.

Em conclusão, o protocolo que temos vindo a discutir não abrange só estas áreas ligadas mais à inovação ou ao estabelecimento de projetos empresariais inovadores, mas, também, a própria vida e ligação do Instituto Politécnico com a cidade, acessibilidades, fruição, contributos que poderá dar e dará, com certeza. E, atualmente, dá, também, do ponto de vista científico, do ponto de vista da produção de conhecimento, do ponto de vista cultural, também, à nossa própria cidade. Estamos, portanto, a trabalhar neles, a discutir e a construir com o Instituto Politécnico.

Sr. Vice-Presidente - Algumas notas rápidas sobre os temas, que são, de facto, de todos aqui abordados, de relevante interesse para o Município, em geral para o país, mas, em especial aqui para Setúbal.

Podemos começar por este que estava ultimamente a ser afluído e que o Vereador Ricardo deu, aqui, estas informações de coisas que estão em andamento, de ações de colaboração e cooperação entre o Instituto Politécnico e a Câmara de Setúbal, que, normalmente, implicam mais parceiros. Mas, naquilo a que, em concreto, o Vereador Nuno Carvalho estava a referir-se, a resposta será sim, há muitas discussões desenvolvidas, muito trabalho preparado, na expectativa de uma oportunidade de concretizar um velho sonho, digamos assim, que é a criação de um Parque de Ciência e Tecnologia em Setúbal.

Claro que isso não é uma coisa que nasce só da boa vontade dos dois parceiros institucionais, nasce da oportunidade de conseguir um momento em que haja fundos que sejam aplicáveis nessa matéria e que se formalizem, concretizando, depois, as parcerias que estão disponíveis no terreno. Claro que, todas estas relações interinstitucionais e, até, internacionais e, talvez, sobretudo internacionais, vão fazendo o caminho para chegarmos a este porto e termos aqui, também, o nosso voto.

Importante, é que a transferência de conhecimentos da academia para as empresas, para o tecido económico e para o setor institucional se vá fazendo de forma natural, mas há esta ideia que estava a colocar, não só em relação às tecnologias de informação e comunicação, mas, o nosso estudo de mobilidade, acompanhado e com participação do Instituto Politécnico, a questão da criação do ninho de empresas, que nós, desde o princípio, temos com a colaboração na formatação, na conceção daquele projeto, acompanhado pelo Instituto Politécnico.

Portanto, o “chapéu” para a resposta que estava a suscitar seria esta questão. Temos este objetivo do Parque de Ciência e Tecnologia a criar em Setúbal, criando, aqui, a massa crítica necessária e a oportunidade financeira que possa avançar de forma a formalizá-la sem voltar, depois, atrás. Mas, claro que todas as colaborações e todas as opiniões para isto contam e pesam, nomeadamente, até, a manifestação de vontade política dos vários setores é sempre importante. Uma ideia consensualizada tem um peso diferente da ideia que um só defenda, um só partido defenda.



Portanto, acho que é bem colocada a questão e, a propósito, de facto, devemos fazer caminho nesta ideia e ir consolidando a ideia de que precisamos de materializar mais a colaboração institucional e o desenvolvimento e a ligação entre a Escola Superior, a transmissão de conhecimentos da academia para a sociedade e para a economia. É esse o objetivo que visamos com esta ideia da criação do Parque de Ciência e Tecnologia, que não está de lado nem está muito atrasado, mas, de facto, a ser trabalhada.

Quanto à questão das dragagens, julgo que o momento em que estamos dá perfeitamente para discutir pacificamente estas questões mais críticas do que está em debate, que é a localização do aterro, certo? Julgo que isso está suficientemente adotado, em termos de compromisso, da parte da APSS, para o estudo da melhor solução. A sessão pública de esclarecimento que ocorreu, na qual não tive oportunidade de estar presente, mas, da informação que, depois, colhi, terá tido a animação, a sua agitação assim um pouco mais entusiasmada de alguns participantes.

Julgo que os compromissos, o facto de se ter discutido e pôr os vários interlocutores intervenientes a discutir. Julgo que esse compromisso também veio ao de cima e foi levantado pela APSS: *"Há esta questão maior, esta é a questão que me parece que está aqui a ser mais levantada, então vamos analisá-la"*. Da nossa parte, respondemos àquelas propostas de criação de comissões interinstitucionais, comissões de acompanhamento, misturando os órgãos, e nós, como dissemos na discussão, várias vezes, julgo eu, não achámos isso um grande despropósito, só que, com aquele conteúdo, aqueles participantes, estávamos a pisar terrenos uns dos outros, em termos de competências institucionais.

Aquilo que se acabou por fazer, e foi por proposta da bancada da CDU, foi, na Assembleia Municipal, a criação de uma comissão de acompanhamento. É da própria Assembleia, com os poderes que a lei lhe dá nestas circunstâncias, de procurar a informação, ouvir todos os parceiros, todos os intervenientes. Não se vai imiscuir nas competências de ninguém, mas vai fazer o seu papel de, em termos de órgão local político, fazer o acompanhamento desta matéria, naturalmente preocupando-se, em primeiro lugar - julgo que a Comissão o fará -, com as questões mais candentes e que mais dúvidas têm levantado, nomeadamente esta, que atravessa toda a questão, que é a do aterro na base do delta. Portanto, as coisas estão bem encaminhadas. Agora, claro, cada uma das bancadas verá, com os seus membros de partido na comissão da Assembleia Municipal, a forma de trabalhar o assunto e de o encaminhar.

A questão dos estivadores é outra questão candente, sim senhor, de muita importância, em que nós devemos ter, também, posições muito claras. Os estivadores estiveram na sessão da Assembleia Municipal, houve aqui tomadas de posição, através de moções aprovadas na Assembleia. Nós compreendemos o que é que o Partido Socialista diz, ao referir que foi um governo que deu um passo para eliminar bastante a precaridade na Administração Local e diz que está a tentar intermediar.

A minha perspetiva sobre isto é que este conflito, com todos os custos e consequências económicas e sociais, só que o social é, enfim, para um grupo de uma centena e tal de trabalhadores, mas o económico tem um impacto muito vasto e não deveria ter chegado ao ponto a que chegou. É o meu ponto de vista pessoal. Não deveria, porque julgo que o interveniente, da parte do Governo, não foi o adequado. Não compreendo como é que, julgo que deslocada no assunto, há uma primeira intervenção da Sra. Ministra do Mar, que diz: *"Isso é lá com os trabalhadores e as empresas, eles que se entendam"*.

Isso não é um bom sinal, em relação à pressão para uma negociação. E, depois, porque, até agora, essa primeira posição contrasta com aquilo que veio a acontecer agora. Chamaram-se os parceiros ao Ministério do Mar e vai-se à procura de uma solução e ela começa a despontar, a despontar um acordo. O que eu não entendo e julgo que aí é que está, percebo que, se calhar, um pouco para compensar esta falha, julgo que, não sei se consciente, não interessa se é consciente ou se é inconscientemente, mas o Governo do Fernando Paulino levanta a questão, que é lateral, que é da precaridade na Administração Pública, julgo que percebendo que havia que tapar esta falha.

Onde é que está, até agora, o Ministério do Trabalho? Onde é que está a Direção-Geral das Relações Coletivas de Trabalho, que medeia ou deve mediar? A competência legal está lá, para mediar os conflitos e para os evitar, para os tentar resolver. Eu não entendo porque é que o Ministério do Trabalho está omissa nesta matéria. Há um conflito laboral de pesadas consequências económicas e sociais e o Ministério do Trabalho nada faz. Não existe, e é o setor económico do Governo que acaba por estar a juntar as partes à mesa, a tentar ver se há ali algum entendimento.

Não há maneira de defender que um setor com a importância e o peso económico que tem a movimentação portuária pretenda funcionar com 9 ou 10 por cento dos trabalhadores - em termos de números totais, é um absurdo -, com um vínculo de trabalho permanente. Isto é completamente absurdo, mas é verdade que há regime jurídico que o permite e isto é que é um absurdo que nós devemos levantar.

Não é admissível que se esteja há tanto tempo à espera da revisão do regime jurídico, que foi agravado, aliás, nos tempos do Governo anterior, de Passos Coelho. Ora, este Governo de Passos Coelho já cedeu o passo, há bastante tempo, a um Governo que é socialista e que tem uma sustentação à esquerda, no Parlamento. Portanto, devíamos olhar para isto como uma falha grave, do meu ponto de vista, uma falha grave do Governo, em termos de gestão da pasta do Trabalho, deixando ficar este regime jurídico quietinho, parado, a permitir tamanhos absurdos na gestão dos trabalhos portuários.

Portanto, isto devia ter desaparecido e o Ministério do Trabalho não devia estar omissa, devia ter dado a cara e devia ter feito sair a revisão deste regime jurídico, para acabar com aquilo que hoje estamos a assistir, a uma praça de jorna, coisa quase do início da era industrial, a uma praça de jorna por SMS. O que está de moderno nisto é só o facto de ser por SMS. As pessoas são contratadas turno a turno, no dia-a-dia, momento a momento, sem nenhuma vinculação. Se fosse num setor económico periclitante, fraquinho, enfim. Agora, não é, é um setor fechado, é um setor que constrói grandes rendimentos aos operadores que trabalham na área das movimentações portuárias. Não há justificação económica, nem social, nem moral.

Faz bem que um vereador do Partido Socialista queira invocar aquilo que se fez no combate à precaridade dentro da administração pública. Então, por maioria de razão, por que é que está omissa em relação ao setor privado, um setor com esta dinâmica e esta importância? Não pode estar. E a nós compete-nos, a todos os níveis, fazer as pressões possíveis para que o Ministério do Trabalho se mexa, acabe com este regime jurídico, que o ponha de lado e faça um regime jurídico de relações de trabalho no setor das movimentações portuárias que seja atual e que não seja, na velha linguagem dos combates de classe, a exploração do trabalho mais indigna que hoje podemos ter ou das mais indignas, porque está legalizada, atenção.

Há um regime jurídico, isto não está a ser em falso. Há um regime jurídico que tem que ser removido. As pessoas já falaram muito tempo sobre o assunto, mas acho que é importante, apesar de tudo. Portanto, acho que não devemos ficar sossegados com o facto de se encontrar uma solução acordada. Se o regime permanece, o problema, esta falha, esta mancha nas relações laborais no nosso país, vai permanecer. E depois, amanhã rebenta em Matosinhos, rebentará em Lisboa, rebentará noutro lado qualquer. Devíamos aproveitar a oportunidade para, de facto, resolver esta falha que é muito grave.

Não queria referir mais nenhum assunto que esteve em debate, mas acho que é oportuno, pode não ser a propósito de nenhum dos temas, mas é oportuno, porque é atual, é atualíssimo.

Esta tarde já foi votada, na Assembleia da República, uma matéria que muito nos tem ocupado aqui, nos nossos debates políticos, que é a questão do IMI. E, mais uma vez, para nós nos localizarmos, mais uma vez, o PCP, desta vez com o CDS - curiosamente, nesta matéria, sempre tem havido um entendimento próximo deste assunto -, o PCP e o CDS ficaram isolados na proposta de abaixamento do limite máximo do IMI para 0,4. Atenção, ficaram isolados. Nem o Bloco de Esquerda votou assim, porque queria de outra forma. Queria, apenas, para as residências, as casas de morada de família, esta baixa, e, para as de mais habitações, que ficasse 0,45 à mesma.

Atenção, com o nosso acordo, com a nossa pressão, conforme nós argumentámos aqui, quando apresentámos o Orçamento e quando apresentámos a proposta dos limites do IMI: *“Nós estamos de acordo, nós achamos que devia haver um abaixamento sim e que fosse geral, que não seja...”* Sim, o 0,40 defendemos em completo e, uma vez mais, o Partido Socialista recusou, o PSD recusou e até o Bloco recusou, parcialmente, esta posição. Portanto, não é por vontade política dos representantes do PCP e da CDU que a taxa do 0,45 se mantém. Não é. Tentámos que ela baixasse e não baixou.

Curiosamente - e isso talvez aqui não tenha grande relevância -, também foi aceite uma outra proposta, mas tem a sua importância e é significativa. Trata-se da tributação do património e criaram-se escalões adicionais ao IMI para o património acima de 600 mil euros até um milhão, um milhão e meio e dois milhões, com escalões diferentes, o que pode não significar, globalmente, uma grande receita, mas permitirá, eventualmente, cobrir novos encargos - e, atenção, que a importância prática pode estar aí -, fazer alguma cobertura de novos encargos nos municípios que tenham um património de maiores valores.

Não sei se a nós nos tocará muito. Alguma coisa poderá ser, eventualmente, mas não sei se será muito, pelo menos de imediato, mas esta caixa de receita justifica-se, por exemplo, para equilibrar o acréscimo de despesas com a medida do passe social. Portanto, há, de facto, um acréscimo de despesas que vai ficar, que vai ser permanente e que faria sentido, sem estar a consignar esta receita a esta despesa, mas fará sentido encontrar aqui algumas medidas compensatórias de acréscimo de receitas, para esses custos que vão ficar nas autarquias, espero eu que por muito tempo, porque eles são necessários. Mas ainda não é a forma de o compensar completamente, porque, certamente, Lisboa terá um grande benefício com estes novos escalões do IMI, mas os municípios do interior e que não tenham um património tão valioso terão um escasso proveito destes novos escalões.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Leu a moção “Dia Internacional da Erradicação da Violência Contra as Mulheres”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

“Todos os anos o Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA) apresenta os dados nacionais relativos ao femicídio em Portugal. Todos os anos este mesmo relatório, para além de números, nos mostra nomes, idades. Mostra-nos igualmente o número de vítimas associadas, ou seja, de filhos que também foram assassinados e dos que ficaram sem mãe, e números de outros familiares feridos ou assassinados na mesma altura.

Quando olhamos para estes números compreendemos verdadeiramente o terrível impacto que têm: Mulheres cuja vida foi brutalmente interrompida, filhos que muitas vezes assistiram a crimes hediondos e traumatizantes que os vão acompanhar por todas as suas vidas. Dados de 2017 e 2018, também nos mostram como namorados, maridos e companheiros da vida de todos os dias representam 70% dos homens que cometem estes crimes e que são estes mesmos companheiros de intimidade que em 78% dos casos tentam o femicídio.

Desde 2004, até novembro de 2018, foram 499 as mulheres assassinadas em Portugal e 590 as que foram vítimas de femicídio tentado com queixa e hospitalização. Ao longo dos anos a incidência destes crimes tem locais de eleição nos Distritos e que Lisboa, Porto e Setúbal, que são por ordem, os distritos onde ocorrem 45% de todos estes crimes. O Distrito de Setúbal, trouxe ao longo destes anos, para as estatísticas: 50 mulheres que vieram a morrer e 48 vítimas de tentativa deste crime.

Sabemos que em mais de metade destes casos, existia violência prévia na relação e que as situações haviam sido já reportadas a entidades competentes. Sabemos que as formas mais graves destes atentados ocorrem nas suas próprias residências. Por isso sabemos hoje, que não podemos separar o fenómeno da violência doméstica ou de namoro, de uma escalada fatal no futuro. Não é por isso um fenómeno que deva ser encarado com indiferença e passividade em nenhum caso.

Sabemos que a lei portuguesa ainda não protege eficazmente as mulheres deixando-as, mesmo depois de uma queixa formal, regressar ao seu lar sem as proteger ou aos seus filhos do seu agressor. Sabemos também, que apresentar queixa aumenta a probabilidade da mulher vir a ser agredida como represália por ter exposto a situação... No entanto a mesma

lei que promove a denúncia, pouco ou nada faz para impedir o agressor de continuar a agredir.

Sabemos que os processos de queixas por violência doméstica demoram anos. Durante estes anos a vítima tem de estar face a face com o agressor. Sabemos que as penas em Portugal são leves e deixam os agressores sair sem dar garantias de segurança à mulher. Sabemos que a cultura Portuguesa ainda veicula padrões desadequados à proteção das mulheres na relação de intimidade: “entre marido e mulher não metas a colher”, “a mulher deve fazer o que o marido quer”, e sabemos que a violência contra as mulheres ainda as torna mais vítimas do sistema: “vestiu-se assim...do que é que estava à espera?”, “bebeu demais numa festa... logo deu sinais de disponibilidade mesmo se estiver inconsciente”.

Sabemos que apenas pela prevenção, por uma educação precoce para a igualdade de género promovida amplamente por todos os setores da sociedade, conseguiremos mudar uma cultura arcaica e disfuncional onde a lei do mais forte vale acima de todas as restantes.

Cumpre-nos igualmente a nível Municipal lembrar e lutar, de forma continuada, por meios que eduquem, protejam e se manifestem de forma consistente contra todos os tipos de violência que atinge as Mulheres. Cumpre-nos desenvolver cada vez mais meios de apoio a famílias carenciadas e de capacitação da autonomia e discernimento de todas as situações que devem ser prevenidas, denunciadas e seguidas para prevenir mais mortes, mais agressões e tudo o que neles se gera por gerações sem fim.

Expressamos por isso o nosso profundo pesar por todas as vidas que se perderam, por todas as que diariamente correm riscos e a nossa profunda repulsa por toda a violência, em todas as suas formas que é exercida contra as Mulheres do nosso distrito, do nosso país e do mundo”.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

Índice

A) *Período de Antes da Ordem do Dia*

- 1. *Informações à Câmara (eventual apresentação).***
- 2. *Assuntos diversos de interesse para a autarquia.***

B) *Período da Ordem do Dia*

- 1. *Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 31 de outubro de 2018.***
- 2. *Deliberação n.º 362/18 – Proposta n.º 24/2018 – GAP – Atribuição de subsídio aos Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, destinado à aquisição de prendas de Natal para os filhos dos trabalhadores desta Autarquia.***
- 3. *Deliberação n.º 354/18 – Proposta n.º 53/2018 – DURB – Projeto de alterações ao Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Setúbal.***
- 4. *Deliberação n.º 355/18 – Proposta n.º 90/2018 – DAFRH/DIRH – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para 2018 ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em funções públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei N.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei N.º 209/2009, de 3 de setembro.***

5. ***Deliberação n.º 356/18 – Proposta n.º 91/2018 – DAFRH/DIRH – Processo Disciplinar N.ºs 3 e 3-A/2016 – DAFRH/DIRH/CM-GC, contra Sérgio Paulo Alves dos Santos.***
 6. ***Deliberação n.º 357/18 – Proposta n.º 04/2018 – GAVCR – Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e o Regimento de Engenharia N.º 1.***
 7. ***Deliberação n.º 358/18 – Proposta n.º 111/2018 – DCED – Renovação do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.***
 8. ***Deliberação n.º 359/18 – Proposta n.º 112/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro à Associação de Moradores do Casal das Figueiras – organização de evento desportivo “Trilhos do Javali”.***
 9. ***Deliberação n.º 360/18 – Proposta n.º 113/2018 – DCED/DISOC – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal. Apoio financeiro.***
 10. ***Deliberação n.º 361/18 – Proposta n.º 03/2018 – GAVPS – Conselho Municipal de Bem Estar Animal.***
- C) ***Período destinado à intervenção do Público.***

1. **Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 31 de outubro de 2018**

O Sr. Vice-Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto da Sra. Vereadora Teresa Andrade, por não ter estado presente nesta reunião.

2. **Deliberação n.º 362/18 – Proposta n.º 24/2018 – GAP – Atribuição de subsídio aos Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, destinado à aquisição de prendas de Natal para os filhos dos trabalhadores desta Autarquia**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 13, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

3. **Deliberação n.º 354/18 – Proposta n.º 53/2018 – DURB – Projeto de alterações ao Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Setúbal**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Era só para solicitar aos serviços se era possível entregar uma cópia, digamos, anotada, com as alterações que ocorreram, para nós podemos ver.

Sr. Vice-Presidente – Já foi entregue.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Então, o erro é meu, porque eu recebi esse e-mail e pensei que era a repetição do outro. Peço desculpa. Obrigado, então.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8

4. **Deliberação n.º 355/18 – Proposta n.º 90/2018 – DAFRH/DIRH – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para 2018 ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em funções públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei N.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei N.º 209/2009, de 3 de setembro**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 16, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 356/18 – Proposta n.º 91/2018 – DAFRH/DIRH – Processo Disciplinar N.ºs 3 e 3-A/2016 – DAFRH/DIRH/CM-GC, contra Sérgio Paulo Alves dos Santos**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria em minuta com 5 votos SIM, 2 voto NÃO e 2 votos em BRANCO.

6. **Deliberação n.º 357/18 – Proposta n.º 04/2018 – GAVCR – Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e o Regimento de Engenharia N.º 1**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 e 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 358/18 – Proposta n.º 111/2018 – DCED – Renovação do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 e 21, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 359/18 – Proposta n.º 112/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro à Associação de Moradores do Casal das Figueiras – organização de evento desportivo “Trilhos do Javali”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8

9. Deliberação n.º 360/18 – Proposta n.º 113/2018 – DCED/DISOC – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal. Apoio financeiro

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 361/18 – Proposta n.º 03/2018 – GAVPS – Conselho Municipal de Bem Estar Animal

A Sra. Vereadora Teresa Andrade leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 24.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Relativamente a esta proposta, eu não estive na apresentação da moção, porque estava de férias nessa altura, e tenho a dizer que a criação do Conselho Municipal do Bem-Estar Animal não me parece ser uma boa proposta e vou passar a explicar porquê.

Aquilo que o PS vem, aqui, propor é que, talvez uma vez por ano, estas entidades todas se possam encontrar e conseguir ter uma formalidade de fazer uma reunião e dizer que fizemos uma reunião com todas estas entidades. Não me parece adequado porquê?

Penso que estão aqui coisas, na proposta, que são interessantes e que poderão ser e que deverão ser acolhidas e estamos disponíveis para isso, mas a criação do Conselho pode ser contraproducente em algumas matérias. Inclusivamente, nós já falámos com a organização, com o próprio Observatório Nacional, porque, como sabem, eu penso que é do vosso conhecimento, no dia 20 de junho, este Município promoveu, em parceria com a ONDAID, aqui no Mercado do Livramento, umas Jornadas do Direito Animal que foram bastante participadas.

Tivemos o auditório do Ninho de Empresas cheio e, na altura, falámos um bocadinho sobre esta questão do Conselho do Bem-Estar Animal e aquilo que chegámos à conclusão é que podia ser contraproducente, por exemplo, na questão da legalidade e daquilo que são os preceitos legais, que, no caso do nosso distrito, até está bastante avançado. Como vocês sabem, o nosso Tribunal foi um dos únicos do país – penso que até foi o único - a aplicar penas relativamente a infratores, em relação aos maus tratos dos animais.

Portanto, aquilo que a ONDAID nos diz é que pode ser contraproducente colocar a GNR ou colocar o Ministério Público no mesmo Conselho do que associações e outras pessoas interessadas na causa animal, até porque, muitas vezes, há questões daquilo que é o bem-estar animal que não são, propriamente, comuns ou que não são do entendimento comum de todas estas entidades. Não sei se me estou a fazer entender. Aquilo que nós podemos achar, como, por exemplo, em relação aos cuidadores, que sejam as práticas mais adequadas, falar, por exemplo, de cuidadores de colónias de gatos. Muitas vezes não o são, são comportamentos de risco, que colocam em causa situações até de salubridade e de saúde pública. Portanto, neste aspeto, nem sempre aquilo que, muitas vezes, as associações têm vindo a defender, serão as melhores práticas.

Eu queria dizer aos Srs. Vereadores, que, em relação a algumas propostas que estão aqui, a Câmara já as pratica. Por exemplo, estava a falar da questão das Jornadas do Direito Animal e é entendimento da Câmara que uma iniciativa deste tipo pode muito bem contribuir para o diálogo e para o aprofundamento das questões do bem-estar animal e pensamos que a ONDAID é um parceiro muito importante. Tal como fizemos o ano passado, tencionamos em 2019 poder repetir a experiência, não no sentido de um conselho, mas no sentido de uma ação pedagógica, para os intervenientes e para as pessoas que têm preocupações nesta área.

Queria deixar aqui mais algumas notas daquilo que temos vindo a fazer, porque penso que é importante e que muitas delas já vão aqui ao encontro destas questões. Nós reunimos com todas as associações do concelho que têm como objetivo a questão do bem-estar animal. Todas elas têm os contactos da câmara, têm os contactos dos nossos veterinários e muitas ações são feitas recorrendo ao voluntariado, porque a Câmara também tem meios muito reduzidos e os nossos funcionários do CROAC são poucos, como vocês sabem, e não era possível fazermos tantas ações como temos feito, como é o caso da participação no “*Há Festa no Parque*”, participação na Feira de Sant’Iago - estivemos todos os dias na Feira de Sant’Iago, com um “*stand*” dedicado à adoção -, participação na ECOol, no Dia do Animal, em que fizemos um desfile com os animais do CROAC. Portanto, em variadíssimos eventos.

Estes eventos todos resultaram, na nossa opinião e até agora, com muito bons resultados. Tenho aqui a relação das adoções que foram feitas ao longo dos últimos três anos e, quer no caso da população de gatos, quer no caso da população de cães, até à data - portanto, os dados que tenho aqui são de outubro -, foram substancialmente grandes. Posso-vos dizer que, até agora, já foram adotados no nosso CROAC 85 gatos, contra 50 que tinham sido adotados em 2017 e 38 que tinham sido adotados em 2016.

Vocês sabem que, relativamente à legislação que está em vigor, a eutanásia só é permitida por motivos médicos. Portanto, reduziu-se substancialmente e já era uma prática da Câmara de Setúbal, que já tinha vindo a reduzir bastante os abates. Neste momento, os abates são muito reduzidos. No caso dos gatos, apenas se verificaram 7 abates e, no caso dos cães, 27. Aumentámos bastante o número de esterilizações, até porque, neste momento, o Município já tem uma sala própria, alvo de uma candidatura que fez à DGAV e que teve a devida correspondência. Já está a funcionar desde julho deste ano. Posso-vos dizer que, até outubro de 2018, já fizemos 239 esterilizações de gatos e 32 esterilizações de cães. Como sabem, apenas os gatos estão abrangidos pelo projeto C.E.D., e, por isso, o número de animais esterilizados dos gatos é muito maior.

Depois, também, vos queria dizer que foi criada uma página no Facebook, por iniciativa dos trabalhadores do CROAC, que tem sido um verdadeiro sucesso e que tem permitido que muita gente fique a conhecer os animais que nós temos, neste momento, no CROAC, o que também tem estimulado e motivado a adoção.

Veio na semana passada a autorização, portanto, nós já fomos contemplados com uma verba muito reduzida, mas foi aquilo que nos calhou, para a ampliação do nosso CROAC. Portanto, também concorremos a uma candidatura da DGAV e iremos ter 15 mil euros, para podemos ampliar o nosso CROAC. Neste momento, consegue acolher 30 cães, para passar a acolher 80 em condições diferentes. Hoje a filosofia é diferente, os abates não são permitidos, felizmente. Antigamente, os animais estavam connosco temporariamente. Hoje, os animais estarão connosco permanentemente, até ser encontrada uma solução. E, como nós sabemos que nem todos os animais são adotáveis - infelizmente, é assim, mas é a realidade -, decidimos dar outras condições, no nosso projeto, aos animais que ficam connosco. Portanto, em vez de estarem em jaulas, os animais vão passar a ter uma liberdade maior. Vão passar a ter pequenos abrigos, vão estar divididos tendo em conta o seu porte e vão ter mais liberdade de ação. Estamos, neste momento, também, a construir um espaço para que os animais possam fazer exercício e não estejam permanentemente restritos a espaços pequenos.

Portanto, a candidatura vai avançar. O financiamento são 15 mil euros, mas, infelizmente, a Câmara vai ter que gastar mais de 53 mil euros, para concretizar estas obras. Eu digo infelizmente, porque penso que a ajuda do Estado, nesta questão, podia ser maior, mas também compreendo que ainda há muitos municípios que nem sequer têm centro de recolha e que é prioritário que todos os municípios possam vir a ter essa infraestrutura.

Relativamente à questão das escolas e da ação pedagógica, na nossa brochurinha que foi entregue à comunidade educativa está um programa em que as escolas podem solicitar a visita dos veterinários municipais às escolas, para falar sobre o canil. Futuramente, com estas obras todas que vamos fazer, tencionamos que seja feito o processo contrário, possam as crianças ir visitar o nosso CROAC. Pensamos que vai ser vai ser interessante.

Também para dar mais ênfase a esta área - e já foi aprovado na última Assembleia Municipal -, este Município decidiu dedicar um setor específico, na sua estrutura, no seu organograma, a esta temática do bem-estar animal e criou um Serviço Municipal de Bem-Estar Animal. Portanto, nós pensamos que estamos no caminho certo.

Agora, há muito trabalho ainda a fazer nesta área. Esta área acaba por ser uma preocupação relativamente, recente das pessoas em geral, embora já seja uma área há muito acarinhada pelo nosso Município. Eu relembro que, já de há vários anos a esta parte, o Município desenvolveu um Regulamento do Bem-Estar Animal, que já vai ter que ser atualizado, uma vez que saiu esta legislação. Mas, de uma forma ou outra, fomos sendo também pioneiros nas medidas vamos tomar nesta área.

Relativamente ao Conselho, não nos parece o mais indicado, porque até achamos que algum do trabalho que tem vindo a ser feito pode ser posto em causa nesta questão do confronto entre algumas coisas que têm que ser feitas pelas autoridades e algumas que são as posições de algumas pessoas que trabalham nesta área.

Eu saliento que o trabalho que tem sido feito aqui, na Câmara de Setúbal, tem sido sempre feito com o SEPNA, tem sido sempre feito com as clínicas veterinárias do nosso concelho. Aliás, nós trabalhamos com algumas. Neste momento, fizemos uma prestação de serviços, para que os animais que são acidentados possam ter uma assistência 24 horas por dia. Era uma coisa que não existia. Podia haver um acidente, um atropelamento e não havia cuidados. Neste momento, essa prestação de serviços foi feita e esses cuidados são sempre assegurados.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Quero agradecer a explicação e os dados que a Vereadora Carla Guerreiro aqui nos trouxe, mas o que está aqui em causa não é, digamos, o plano de ação ou as ações que a Câmara tem estado a desenvolver na área.

Exatamente como a Sr. Vereadora aqui referiu, há muito trabalho a fazer nesta área, porque, quer se concorde, mais ou menos, com a legislação atual, ela existe e as câmaras têm que se adaptar a esta nova realidade e o Conselho Municipal que nós aqui propomos, é um conselho consultivo. Eu queria frisar isto, porque a primeira proposta ia um pouco mais longe e entendemos refazer e mantê-la neste nível consultivo.

Este Conselho Municipal pode, a ser aprovado, ter dois caminhos. Ou é um pouco com o Conselho Municipal de Segurança... E eu já fiz parte do Conselho Municipal de Segurança, em que andámos quatro anos a dar posse às pessoas, porque mesmo, até, as pessoas indicadas por partidos políticos e outros, associações, etc, revelam pouco entusiasmo em vir, e digo pouco entusiasmo no mínimo, não é? E, praticamente, traz muito pouco de discussão prática e eu lembro-me que, numa reunião, não era vereador, fui indicado pelo Partido Socialista para estar, e em que se perguntou os dados atuais às forças de segurança, sobre a criminalidade no concelho, e todos deram a mesma resposta, que não podiam dar esses dados, porque não tinham autorização superior para dar os dados, pois poderiam estar em causa questões de segurança interna. Até parecia que era o Conselho Municipal de Segurança que era um conselho de malfeitores, que iria utilizar aqueles dados para uma coisa qualquer assim estranha. Portanto, obviamente, que não é esse o caminho que nós propomos aqui.

O caminho que aqui queremos reforçar, como existe muito por fazer e como, até, existe essa discussão, que a Sra. Vereadora referiu, de algumas diferenças de pontos de vista, entre aquilo que pode ser o SEPNA, a Polícia e a GNR e outras associações cuidadoras, eu acho que este poderia ser, efetivamente, reunindo uma, duas, três, as vezes que a Sra. Presidente entender marcar e reunir o Conselho Municipal, para aprofundar esta temática, que eu penso que, sem grandes "touradas", não vai acabar para já, mas que eu penso que vai refrear um pouco os ânimos, por aquilo que têm sido as notícias nos últimos dias e as posições. E eu estou à vontade, sendo membro do Partido Socialista, para falar sobre essa matéria, que até dividiu, inclusivamente, um partido, contra um secretário-geral e primeiro-ministro. Portanto, isto é claro. É dizer que, realmente, é um tema que é importante, que deve ser discutido, que deve ser aprofundado, que veio para ficar em determinados moldes e que deve ser

2

aprofundado num concelho onde as várias pessoas que até têm visões diferentes, possam interagir e possam promover.

Portanto, o Partido Socialista revê-se inteiramente nesta proposta, que apresenta, não nesta perspetiva pró-ativa, de que há muito trabalho, realmente, a fazer nesta matéria e que há municípios que estão muito atrasados. Setúbal tem ainda um caminho a percorrer. Há caminhos que ainda nem se sabe bem como é que vão ser. Estamos a falar de medidas que são pesadas, até do ponto de vista financeiro. Os municípios, ao terem que ser cuidadores de todos estes animais que não são, depois, possíveis de ser adotados, etc. Isto pesa no orçamento, como é óbvio. Portanto, têm que ser criadas alternativas e caminhos, no sentido de se promover com maior eficácia a adoção ou as associações, os cuidadores informais, etc. Portanto, achamos que, sem prejuízo do trabalho que a Câmara de Setúbal está a fazer, com a apresentação desta proposta - não é uma crítica, não está implícita nenhuma crítica, nenhum juízo de valor sobre o trabalho que a Câmara está a fazer -, seria mais um instrumento para que a Câmara possa desenvolver o trabalho nesta área. É esta a nossa proposta e gostávamos, naturalmente, de a ver aprovada.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Acho que, antes de mais, já da primeira vez em que o Partido Socialista trouxe esta matéria, acho que é importante que ela venha a reunião de Câmara, pelo menos para ser debatida. Este é daqueles temas que, infelizmente, tem estado, nos últimos tempos, mais nas mãos de quem não sabe debatê-lo com moderação e, por isso, entramos em extremos e, aqui, o que se assiste é a um debate equilibrado, sem extremos.

Isso é importante e não queria deixar de ressaltar isso, não só pela primeira vez, em que veio em forma de moção, mas, também, pela segunda vez, que veio em forma de proposta. Isso não é tão pouco importante quanto isso, não só por causa das touradas, não só por causa do IRA - mais IRA, menos IRA -, mas, essencialmente, porque é uma temática que deve ser debatida com a responsabilidade que merece.

Entrando nesse tema da responsabilidade, efetivamente, como o Vereador Paulo Lopes aqui disse, os conselhos municipais, apesar da responsabilidade que têm, eles não se têm assumido. Portanto, eu, aqui, levanto a primeira dúvida, se o formato que aqui colocamos, para que o Município se debruce melhor sobre esta preocupação, sem prejuízo daquilo que já se debruça, como a Vereadora Carla Guerreiro informou, se é o melhor. Ou seja, não desmerecendo as preocupações que aqui estão, as medidas que aqui estão, independentemente de algumas já estarem adotadas, ou não, se este formato é o melhor para dar seguimento a isso, à luz daquilo que são os próprios conselhos municipais.

Eu sei que esta questão de ser pró-ativo no conselho municipal, ou não ser, depende de muita coisa, ou seja, se isto não é pôr ainda mais o tema de lado, porque este formato de conselhos municipais deixa muito a desejar, em todos os municípios. Talvez aqueles que funcionem um pouco de forma mais ativa, nalguns que eu vejo, sejam talvez os conselhos municipais de juventude, pelas razões óbvias, porque, normalmente, há uma maior disponibilidade do associativismo juvenil. Portanto, essa é a primeira questão que eu aqui não queria deixar, para que o Partido Socialista pudesse refletir um bocadinho sobre o formato.

Segunda matéria, o âmbito. Eu compreendo que o âmbito tenha um enquadramento na lei, mas resta uma dúvida sobre o remanescente enquadramento, ou seja, se nós não vamos ter aqui um conselho municipal em que, depois, se vá debater inúmeras outras questões, em que pode, ou não, ter competência. Dou um exemplo simples: As raposas e os javalis, na Arrábida, vão debater ou não. Estão a perceber o que estou a dizer? Isto é uma pergunta. Eu acho que faz sentido. Desculpem lá, não são animais domésticos. Eu vou explicar melhor. Não são animais domésticos. Os javalis aparecem nas praias, são alimentados pelas pessoas, as raposas aparecem e são alimentadas. Será que faz sentido um conselho municipal? Percebiam isto que estou a dizer. Não faz sentido o conselho municipal ter uma postura, pelo menos, informativa? Porque a maior parte dos erros que são cometidos com esses animais é porque não há informação de não alimentar javalis, não alimentar raposas. Estão a perceber o que é que estou a dizer? Isso são problemas que o Município deve abraçar, atenção. Mas, será que deve fazê-lo através do conselho municipal? Será eficiente?

P

Eu volto a reforçar o mérito de trazer isto aqui a debate, mas, efetivamente, será que vamos conseguir abranger tudo aquilo que devemos abranger, numa postura executiva, por um lado, e numa postura informativa, por outro, e, numa terceira componente, numa postura colaborativa? Será que é através de um conselho municipal? É uma pergunta que, efetivamente, eu não sei se é aqui que se encontra resposta.

Ainda assim, ter um órgão é melhor do que não ter. Compreendo a questão. Fazer o debate é melhor do que não fazer. Têm mérito por trazê-lo, mas eu acho que deve haver aqui alguma recetividade, no que diz respeito a isto, para, porventura – não sei qual é o posicionamento da CDU -, também não termos aqui uma proposta que possa vir a ser chumbada quando a preocupação existe da parte de outros partidos.

Por isso, acho que deve haver alguma flexibilidade. Já não dependerá de mim, não sou eu o voto decisor, e, portanto, só não queria era deixar de fazer essa reflexão, para que isto não morra aqui, não é? Porque, senão, se a CDU não votar isto a favor, pode continuar a executar, pode continuar a fazer, mas, se calhar, perdemos ou uma boa oportunidade, que vocês próprios estão aqui a lançar, para isto ser debatido de uma outra maneira.

Sr. Vereador Pedro Pina - Concorde inteiramente com a primeira parte da intervenção do Vereador Nuno Carvalho, só discordando da matéria dos conselhos municipais da juventude. Que fique aqui claro que não tem a ver com a concordância ou não, é porque não corresponde à realidade, não corresponde à realidade das dinâmicas. Poderá haver uma ou outra exceção, que eu desconheça. O próprio Instituto Português do Desporto e da Juventude, está, neste momento, numa discussão para os repensar.

Eu queria pegar nas palavras da intervenção para, exatamente, colocar uma primeira questão. Obviamente que se compreende que a matéria em apreço nesta proposta, ser uma condição de o Conselho Municipal ter, simbolicamente, um peso. Portanto, obviamente que, discuti-la num quadro que não seja um conselho municipal não tem, simbolicamente, as mesmas motivações ou não tem o mesmo peso que a constituição de um Conselho Municipal.

O Vereador Nuno Carvalho colocou aqui, de uma forma um pouco superficial, mas eu creio que se ajusta dizer que importa perceber o que é que é um Conselho Municipal e vale a pena perceber. Aliás, queria dar nota que, quando terminar esta reunião, vou exatamente para o Conselho Municipal de Desporto.

Curiosamente, eu não sei se foi por lapso ou se foi intencional, mas talvez até fosse interessante poder aqui ter alguma nota de outros conselhos municipais de bem-estar animal que já existam no país. Não sei se existe algum. Eu desconheço. Mas, se existem, quais é que são os que existem, como é que funcionam, que resultado e que implicações é que isso tem nas políticas.

Eu creio que a intervenção da Vereadora Carla Guerreiro, que foi exaustiva, dá nota daquilo que, essencialmente, nos deve mover sobre esta matéria e as preocupações que nos devem mover nesta matéria.

Portanto, creio que, em primeiro lugar, é precipitado e não se ajusta. Parece-me que, neste momento, não se ajusta, considerando as preocupações que, de facto, são evidenciadas nesta proposta, constituir um Conselho Municipal para dar corpo a estas preocupações. Ou seja, se as preocupações se mantêm, independentemente, ou não, da constituição de um conselho de um Conselho Municipal. Acho que essa é que deve ser a preocupação fundamental. E sobre elas, com muito trabalho que há para fazer, elas têm vindo a ser incorporadas nas preocupações e nas medidas que esta Câmara Municipal tem vindo a realizar. A Vereadora Carla Guerreiro já deu nota de que na reestruturação da macro-estrutura da Câmara Municipal ela foi evidenciada com a constituição do serviço municipal.

Agora, queria dar esta nota, mais uma vez aqui recuperando a intervenção anterior, que, de facto, neste momento, nós estamos numa discussão profunda sobre as próprias intencionalidades dos conselhos municipais e, portanto, estamos, aqui, um bocadinho a remar contra a lógica.

8

Vou dar um exemplo, numa matéria totalmente distinta: A rede social, que é um Conselho Municipal, um conselho local para a ação social. Neste momento, há uma discussão até decorrente da própria descentralização de competências, sobre o seu papel, sobre o que é que deve ser. Portanto, querer discutir estas matérias sobre o chapéu de um Conselho Municipal, enfim, não me parece, para além daquilo que também já foi aqui dito, mais uma vez pela Vereadora Carla Guerreiro.

O Vereador Paulo Lopes dizia: *“Ele é consultivo”*. Como são todos os outros. Nenhum dos conselhos municipais é deliberativo, não há conselhos municipais que sejam deliberativos. Portanto, eles não deixam de ser e esta é uma discussão que se coloca, até, em muitos outros conselhos municipais. Por exemplo, no que diz respeito ao CLAS, é uma das questões que se discute, e, por isso, quando, às vezes, se levam matérias para este conselho, o papel dos próprios parceiros. Não sei se seria essa a designação, mas, eventualmente, seria dos parceiros a ter lugar no Conselho Municipal, para candidaturas e dos pareceres que têm que existir para essas mesmas candidaturas.

Portanto, parece-me desajustado. Mas, mais do que isso, parece-me que, sem prejuízo de termos a capacidade de discutir estas matérias com a serenidade que se exige. Portanto, aqui não é provocação, não sei se a concelhia do PS é mais *“Alegrista”*, eu queria dizer presidente e primeiro-ministro, não era secretário-geral e primeiro-ministro, porque é o mesmo, não é?

É o mesmo, mas não foram eles que estiveram a divergir sobre a matéria, foi o presidente do partido e foi o primeiro-ministro. Era só para perceber. Não sabemos se, aqui, a componente é mais de apoio à medida do Governo e da Ministra da Cultura, se é do militante Manuel Alegre.

É de liberdade? É ótimo. Isso é ótimo, mas vale a pena e o Sr. Vice-Presidente já teve oportunidade de o fazer e eu não quero com isto fazer demagogia. Acho que não devemos dizer, nesta matéria: *“Bom, então é por ordem de prioridades, não se deve discutir”*. Não acho nada isso, mas é verdade, e o Sr. Vice-Presidente já teve oportunidade de referir, que temos que ter prioridades, efetivamente. E, também, quando uma câmara municipal constitui um Conselho Municipal, tem que ter algum sentido de responsabilidade de tudo aquilo que implica a constituição de um Conselho Municipal e não pode ser um critério que nos leva a constituir um conselho que, depois, não tem uma funcionalidade capaz de dar sentido e dar corpo a estas necessidades.

Portanto, parece-me que, do ponto de vista do conteúdo das propostas, algumas delas decorrem da atividade da Câmara Municipal, preocupações que têm vindo a ser integradas no plano da Câmara Municipal, que devem ser consideradas e que devem ser refletidas na atuação do município, algumas, com certeza, a termos que encontrar os caminhos e ir acompanhando, também, a evolução sobre estas mesmas matérias.

Sobre o que diz respeito à constituição do Conselho Municipal, a minha opinião é que ele não faz sentido naquilo que é o normal funcionamento desta Câmara Municipal.

Sra. Vereadora Teresa Andrade - De facto, a questão resume-se a isto: *“Afim, o que é que é um Conselho Municipal, do ponto de vista da intervenção?”*, quando esta proposta decorreu de experiências pessoais de todos nós, que têm a ver com a falta de articulação na resposta que nós sentimos no concelho. Não será, não é, obviamente, só no nosso concelho, não é responsabilidade da Câmara. Muitas vezes tem a ver com o facto de o assunto ser ainda recente, de esta lei ser recente. Muitas vezes, as próprias autoridades que estão responsáveis nem sequer sabem qual é o seu papel dentro do sistema.

Nomeadamente, face a um animal que é abandonado, onde é que se entrega? E, muitas vezes, as respostas das autoridades são por exemplo, ainda na semana passada, houve uma resposta de um animal que foi entregue na GNR de Azeitão, em que eles disseram que, se o animal fosse lá entregue, ia ser abatido e já não podem ser abatidos.

Têm muita coisa para fazer, obviamente, mas, no fundo, a questão é como é que nós vamos fazer. Enquanto fiz parte do Conselho Municipal de Segurança, posso dizer-vos que tive uma experiência favorável, naquilo que foi o conhecimento articulado do que cada entidade estava a fazer. Fiz parte no mandato anterior e gostei de tudo, de perceber um pouco de cada. Não

estou a dizer que se consiga fazer muita coisa, mas, pelo menos, as entidades que participaram sabem qual é o seu papel e sabem o que está a ser feito e eu acho que isso é importante.

Acho que já é muito bom que esta questão esteja a ser levantada agora. O Conselho Municipal do Bem-estar Animal existe há cerca de 2 anos, como uma entidade recente, no Brasil e tem funcionado muito bem. Mas tem funcionado bem num sistema em que as pessoas, realmente, participam. Eu não concordo muito com a questão de que algumas pessoas devam ser excluídas do processo e vou-lhes dizer porquê.

Eu trabalho e colaboro de perto com imensas associações e com cuidadores informais de animais. Aquilo que eu percebo é que são pessoas que, efetivamente, gastam muito, investem muito, fazem um trabalho importante, que, muitas vezes, não é reconhecido, muitas vezes sem as melhores condições. Obviamente, não estou a dizer que as pessoas conseguem dar uma habitação digna ou colocar a alimentação de uma forma digna. Nem sempre se consegue, embora isso já seja uma solução.

Por exemplo, a Câmara do Seixal, que está a trabalhar com a “Animais de Rua” no programa CED, já está a construir, no fundo, locais, abrigos e não só. A parte da disponibilização da alimentação está a ser trabalhada com os cuidadores de rua, para que seja salubre para todos. Uma das coisas que eu gostaria de ver.

Não precisa, de facto, de ser um Conselho Municipal. A ideia é mais de ser um local onde todas as entidades, todas as associações, todas as pessoas, de alguma maneira, podem ser informadas. A questão do nome, a mim, foi só mesmo a questão como me ocorreu foi que eu achei que o Conselho Municipal de Segurança até era numa entidade interessante, por experiência própria. Achei que, eventualmente, adaptar isso a algumas entidades aqui seria bom. O trabalho da ONDAID é um trabalho muito bom. Gostei muito daquilo que fizeram aqui e daquilo que estão a fazer por todo o país.

Aliás, contatei a ONDAID, para perceber se havia, ou não, sensibilidade a este tipo de organização e disseram-me que era já uma proposta que eles iriam fazer às câmaras e remeteram-me um mail que remeteram para todas as câmaras, em setembro deste ano, dizendo que, de facto, se fosse um Conselho Municipal ou fosse um órgão referenciado com ajuste entre todos que era importante.

Acho que é muito importante, os cuidadores informais não podem ser excluídos. Aqui em Setúbal há muitos e, depois, às vezes, os animais não fazem a recuperação adequada. Muitas vezes os animais vêm com infeções, vêm com problemas e, depois, são os cuidadores de rua que estão a financiar tudo isto do seu próprio bolso ou fazem aqueles “crowdfundings”, em que nós andamos a depositar dinheiro e, muitas vezes, também não percebemos muito bem para onde é que vai. Portanto, acho que era bom nós termos isto centralizado.

Eu quero salientar que o trabalho que a Câmara de Setúbal está a fazer é um trabalho muito bom. Sobretudo, há o alargamento do CROAC, há alguns espaços que sei que estão a ser ajustados, aqui em Setúbal, que fazem cuidado informal dos animais, mas, a verdade é que, em todos esses espaços, os animais são excessivos.

A Câmara não está a conseguir, também, dar conta disto. Há muitas despesas, nomeadamente desde as rações a tudo o que são despesas fixas, que, inclusive, depois, mais tarde, poderíamos pensar. Uma coisa que sempre gostei é de estar aqui e que não me sinto em oposição com nada. Sinto-me em construção de um projeto comum para os munícipes que votaram em todos nós. O meu projeto comum não tem a ver com ser socialista, da CDU, do PSD. Tem a ver com ser autarca em Setúbal, pelos setubalenses e pelos que aqui moram sem pedir autorização, nomeadamente os animais, que não pagam IMI, mas que estão por cá, não é?

Portanto, é mais só isto que gostaria de ver articulado, pelo bem-estar deles e pelo nosso, porque acho que todos nós, quem cuida de animais, tenho vários, mas tem esta sensibilidade, que é tudo muito difícil, que é caro, que temos poucos apoios e gostava, por exemplo, de ver que o regulamento da Câmara, face aos animais, não fosse um regulamento que proibisse a alimentação na rua, mas que ensinasse as pessoas a alimentar de uma forma correta na rua,

porque, muitas vezes, a água pode ficar inquinada e ser fonte de problemas, até para os próprios animais. Gostava que houvesse esta sensibilidade.

A questão das raposas e dos javalis obviamente que é uma questão secundária, mas que está espelhada no vosso regulamento. O regulamento já lá está. O Sr. Vereador tem conhecimento também dele. Obviamente que o bem-estar animal, nesta fase em que temos a questão da eutanásia proibida, tem que se restringir um pouco aos animais domésticos, porque são eles que estão em causa. Quanto aos javalis e às raposas, obviamente que também é uma preocupação. Também vivem por aqui e também podem contagiar as pessoas, têm que estar salubres. Acho que, se todos estivermos bem, o nosso concelho está melhor.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Na segunda-feira da semana passada, reuniu a Comissão de Ambiente e Urbanismo da Assembleia Municipal e estivemos a tratar destas questões. Ficou acordado que os nossos serviços iriam proceder a alterações no regulamento. Uma delas tinha a ver com a questão da alimentação na via pública, com a qual nós não concordamos, mas que é uma realidade que não podemos escamotear. Não vale a pena estar a pôr no regulamento que é proibido alimentar na rua e, depois, toda a gente alimenta, com as condições que se sabe.

Aquilo que ficou visto na Comissão foi procedermos à alteração do regulamento, fazermos algumas propostas, vermos, depois, também com a Comissão, no sentido de conseguirmos regular algumas coisas, nomeadamente o tempo e a responsabilidade dos cuidadores na colocação da alimentação, o problema da sobrealimentação, porque, infelizmente, os animais ou grande parte dos animais são sobrealimentados. Vai um põe uma comida, depois, a seguir, o outro não sabe que ele já foi alimentado vai e volta a pôr. Nós tivemos aqui um problema, no Largo da Misericórdia, em que os gatos eram alimentados por sete pessoas diferentes.

Portanto, não há problemas, não há falta de alimentação dos animais. Há, aqui, algum descontrolo, em relação àqueles que são cuidadores e que não têm conhecimento de que outros também são cuidadores e que, por força da sua vida pessoal, vão prestar esse trabalho em horas diferentes. Não sabem uns dos outros e, depois, acabamos por ter estes problemas.

Alguns sítios da nossa cidade têm problemas graves de salubridade. Posso dar o exemplo do Terreiro de Santa Maria, que nós estamos constantemente a falar com as pessoas, mas que é complicado, porque as pessoas persistem num tipo de intervenção que não é a mais adequada. No Terreiro de Santa Maria, Praça do Brasil, Quinta do Freixo, etc. Aquilo que nós vimos era que o nosso regulamento não proibisse só a alimentação, mas que ensinasse, exatamente, como é que essa alimentação deve ser feita. Por exemplo, colocar a comida só seca e retirar passados 15 ou 20 minutos, colocar a água, mas presenciar, até porque os animais já conhecem as pessoas e eles próprios, quando as pessoas vêm, já vêm também, já sabem o que é que isso significa. Portanto, todas essas coisas são possíveis.

Depois, há aqui algumas questões e essas, efetivamente, são novas e têm a ver com a legislação, que dá aos animais direitos e os trata não como coisas nem como objetos, mas como seres, e que faz algumas distinções, mas que nós, até nas Jornadas do Direito Animal, vimos que as coisas não são assim lineares, porque o que, para uns, pode ser um animal selvagem, para outros pode ser um animal de companhia.

A designação de doméstico já não se utiliza assim. Vou dar o exemplo de uma ovelha, que é um animal de pastoreio, que é animal cuja competência será da DGAV, mas alguém pode tê-lo como de companhia. Hoje, as noções já não são tão estanques e nós também temos que estar preparados para isso.

Nós temos identificados os cuidadores das colónias, que até têm um cartão do Município, que foi criado na altura em que foi feito o regulamento. E, daquilo que eu depreendo da proposta da Vereadora, era não tanto a questão formal de um Conselho Municipal, mas que houvesse um espaço de diálogo, para que as pessoas pudessem ter, até, alguma formação do que é que hão-de fazer quando os animais estão doentes ou sobre a alimentação. Eu penso que

esse diálogo já foi encetado no mandato anterior, estava o Vereador Pisco com esta área. Foram feitas imensas reuniões com as associações e este trabalho tem vindo a ser desenvolvido.

Penso que formalizar tudo isto poderá ser contraproducente. Agora, acho que todos, aqui, estamos disponíveis para poder encontrar estes fóruns de debate, estes fóruns de pedagogia - foi aquilo que se fez um bocadinho, relativamente às Jornadas de Direito Animal - e podermos alargar isto a mais pessoas, para que as pessoas também não estejam sozinhas nesta tarefa, porque, no fundo, nós conhecemos algumas, mas não quer dizer que conheçamos todas. Se calhar, há muitas que, isoladamente, fazem este trabalho e levam os animais para serem esterilizados e têm as despesas, quando, por exemplo, no caso dos animais de rua, a Câmara, tem os meios para fazer diretamente. Portanto, acho que temos aqui muita coisa que podemos trabalhar.

Sr. Vereador Paulo Lopes - Por tudo aquilo que foi aqui dito, estou cada vez mais convicto da importância de termos um Conselho Municipal. Não é uma coisa qualquer, é um Conselho Municipal para discutir estas matérias. Por tudo aquilo que foi aqui dito e por ver o caminho que ainda existe, com as naturais preocupações de partidos responsáveis, que não estão a apresentar medidas avulsas, como a necessidade de construir-se ninhos para os chapins e não-sei-quê, como já aconteceu na Assembleia Municipal, em que o PAN tem apresentado este tipo de medidas muito avulsas e desconectadas.

Esta proposta não é isso. Esta proposta é uma proposta que eu considero séria, responsável e, da discussão, para terminar, estou ainda mais convicto da necessidade de ela mesma ser aprovada.

Sr. Vice-Presidente - Julgo que é mais mérito nosso do que do PAN, o facto de termos estado tanto tempo a discutir, mas com calma, uma proposta que está aqui, mas eu gostava de dar algum contributo, porque acho que o tema merece o arrefecimento das emoções e dos extremismos e há extremismos nesta matéria.

O que é que eu gostava de vos fazer compreender? É claro que tive a oportunidade de trocar impressões antes, entre nós, com a Vereadora Carla, sobre o que é que devíamos fazer a isto. Portanto, isto não é uma coisa que a gente queira votar contra ou a favor, porque sim ou porque não. Se tem sentido e se tem utilidade essa é que é a questão importante, porque a matéria é nova e não está bem definida. Até alguns equívocos facilmente se levantam.

Tudo o que está aqui escrito refere-se, sem nunca o dizer, ao bem-estar dos animais de companhia. Dos nossos animais de companhia. Quando, ali, o Vereador falou em javalis: *“Ah, são animais que são da natureza. Não são para aqui”*. Então, nós temos os limites da proteção, ainda mal-esclarecidos.

O que é que eu queria contribuir? É que nós temos uma difícil relação entre a formalidade e a factualidade. O que é que isto quer dizer? Que nós matamos boas iniciativas e ações que começam a ganhar algum bom caminho. Nós temos bons caminhos que começam a ser trilhados e ações que começam a tornar-se comportamentos socialmente admitidos e tornados comuns, que, no momento da sua formalização, quando ela não é feita no momento próprio, matamos a iniciativa e matamos o trajeto.

A institucionalização é, muitas vezes, a inimiga da ação. Porquê? Porque passamos a ter uma instância aonde colamos a responsabilidade: *“Ah, está ali aquele organismo, está ali aquele conselho. Então, isso, agora, é com eles.”* E passamos a criar uma legitimidade, que é igual para todos os membros, de participação e de colocação de uma posição que pode não poder ser medida em termos objetivos. Eu sou membro de uma comissão e tenho o mesmo direito que qualquer de pôr as minhas posições e defender os meus pontos de vista e as ações que quero que sejam tomadas.

Quando os conceitos ainda não estão bem assumidos, esta participação ou intervenção mais apaixonada, como nós temos assistido, ainda está numa fase apaixonada, não está suficientemente normalizada, pode ser prejudicada pela formalização.

Como a Vereadora estava a dizer, nós temos seguido um caminho interessantíssimo aqui, nesta matéria, sem pedir ajuda a nenhuma formalidade, mas eu tenho a perceção de que, se já estivesse formalizada, já havia onde colocar as responsabilidades e as culpas: “São aqueles. O conselho que faça, o conselho que decida”, quando, às vezes, ainda não estão bem percebidas - já argumentei com isto, aqui, anteriormente - as funções e não estão bem disponíveis os meios para a intervenção das várias entidades que devem intervir.

O SEPNA, o que é que faz, sobretudo? Encaminha para a Câmara. Mas, é por incompreensão? Algumas vezes será, como é a resposta que dão em Azeitão, se lá se ousar levar um animal. É incompreensão? Certo. Agora, resolvo isto num conselho ou num órgão em que formalmente ou informalmente participam? Talvez não.

Nós temos que fazer um caminho e, depois, percebermos que é o momento em que nós já estamos numa fase em que já digerimos uma outra coisa que, nesta área, é muito arriscada, que é a confusão de afetos. Nós funcionamos muito, neste tema, com uma grande confusão de afetos. Defendemos a defesa dos animais e do bem-estar animal com o afeto que eu tenho ao meu cão ou ao meu gato e são coisas diferentes. O meu cão ou o meu gato estará protegido pela maneira como eu o trato, mas, nós não podemos generalizar os modos com que tratamos o nosso animal de casa, o nosso animal de companhia, doméstico, para a sociedade e as coisas funcionam um pouco assim.

Eu sugeria que nós não nos deixássemos enrolar nesta difícil relação entre o caminho a percorrer, que é criar uma factualidade de normalidade, num comportamento social, num comportamento das pessoas, em relação ao tratamento dos animais. Sem impor os animais, proteger os animais, em geral, seja a chapim, o periquito, o javali, o cão, o gato ou o pisco, que também tem direito, já agora. Desse, nunca ninguém se lembra.

Tenho algum receio, de facto, de que, se nós formalizarmos, caíamos naquela situação genérica que é o panorama das comissões. As comissões têm pouco conteúdo. Porquê? Eu acho que é isto: é a questão da formalidade, é preferível fazer informalmente, aquilo até que, no polo oposto da formalidade, o Código do Procedimento Administrativo aconselha, abrir as conferências de serviços.

Então, era preferível que, 2 ou 3 vezes por ano, ou por iniciativa da Câmara, a gente assumir esse compromisso, de convocar estas entidades todas e debater coisas em concreto: Como é que o SEPNA responde? Mas, não é porquê? É porque tem falta de meios, certamente. Não tem o jipe, não tem o carro, não tem o isco. Portanto, só pode fazer aquilo e a gente devia tratar isso. Chegar a um ponto em que estamos todos, mais ou menos, sintonizados e facilmente se conclui: “*Sim senhor, se tivéssemos aqui um conselho municipal já estendíamos o papel de cada um*”.

Acho que isso era importante, porque há um caminho que está a ser feito, até em termos de resposta judicial. Julgo que há aqui o caso de sentença mais pesada que já foi proferida, em relação a maus tratos animais, e está a servir de exemplo. Até o próprio PAN vem referindo que Setúbal é um caso de exemplo.

Se o caminho está a ser bem feito e está a ser bem trilhado, acho que estar, neste momento já, a formalizar isto, pode ser contraproducente. É só neste sentido. Não é para aprovar nem para desapoiar. O debate não é a seco, é abstrato: ser bom ou ser mau ter uma comissão, ter um Conselho Municipal. Não é isso. É se isto é útil ou não é útil para o caminho que estamos a fazer. Julgo que devemos pensar nesse ponto de vista.

Chegará o momento em que nós estamos todos entendidos, não é chegar ali e tomar posições sem que elas estejam todas bem esclarecidas: “*O regulamento proíbe isto ou aquilo*”. O regulamento não pode proibir mais do que a lei manda proibir. Mas, a questão é bem colocada, como a Vereadora Carla a coloca. Vamos facilitar e, na altura em que possa ser adotada uma atitude de organizar a alimentação dos animais na rua, isso pode generalizar uma situação um pouco ainda mais confusa do que já é.

Portanto, havendo a noção geral de que não é permitido, que é para haver controlo sobre os animais, as pessoas fazem-no naturalmente. Se nós tornarmos isso como uma ação formalmente aceitável, se calhar complicamos as coisas e não estamos a contribuir. Eu acho que, neste momento, a formalização de um órgão destes não irá ajudar e era nesse sentido que apelava ao vosso entendimento. Não é pela questão de ter aqui uma coisa que é proposta pelo PS ou é proposta pelo PSD ou é proposta pela CDU. Não é essa a questão. Pode ajudar ou não, quando, de facto, temos outro ponto?

Os conselhos municipais, as comissões mesmo, o seu funcionamento, rapidamente se tornam... Porquê? Por causa desta aparente contradição entre os factos da vida normal e o formal. O formal, às vezes, mata o real. E nós ainda não estamos com um assunto já esgotado, que já passa há muito tempo e já em esquecimento. Não, estamos numa fase ascendente, em relação ao tratamento da questão da relação dos humanos e da proteção dos humanos, em relação aos outros animais. Julgo que estamos no bom caminho.

Se estamos, acho que era, em vez disso, a Vereadora Teresa, como foi a apresentadora da proposta, na prática, sem formalizar, propunha que se adotasse um procedimento e é um procedimento de que, periodicamente, duas vezes, pelo menos, num ano, a Câmara assumisse o compromisso de convocar todas estas entidades: O SPENA, até a Procuradoria, o delegado do Procurador da República, as associações, os veterinários, não para debater as suas questões de relações, que são, muitas vezes, algo delicadas e, até, conflituosas - entre associações, entre clínicas veterinárias, há coisas -, mas não é um espaço permanente em que essas questões vão ser discutidas, porque isso cria dissensões e o tema fica posto de lado, mas que assumíssemos um procedimento.

Era isto que eu sugeria: 2 vezes por ano, nós vamos convocar todas estas entidades. Seria o momento próprio, até, antes de uma prestação de contas, antes de um relatório, por intermédio de um relatório das atividades em relação ao bem-estar animal. Até a pretexto desta questão, que foi a criação de um serviço municipal mais abrangente, mas é só o CROAC ou o gatil e o canil. Não é só isso.

A minha proposta era que nós adotássemos um procedimento de, regularmente, 2 vezes por ano, convocarmos estas entidades, sem ser formalmente um conselho ou uma comissão, e que, até, trouxéssemos um reporte, uma informação, até das dificuldades de colaboração entre as entidades, para ver se podemos fazer uma entreajuda.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Sr. Vice-Presidente, então, em resposta ao seu repto, de alteração desta proposta, no sentido de criarmos esses dois momentos ao ano e fazermos esse acompanhamento, o Partido Socialista acompanha. Não sei que nome é que poderíamos dar a isso. Conselho Municipal de Bem-Estar Animal não pode ser.

Olhe, para que seja uma proposta trabalhada por todos, se aceitarem: Agenda do Bem-Estar Animal ou Fórum, e aceitar a proposta que é feita, porque, se os senhores entendem que, neste momento - e eu penso que frisou isso; aliás, foram várias as intervenções -, podia, até, ser contraproducente institucionalizar de uma forma pesada este trabalho que nós gostaríamos que fosse feito aqui em Setúbal, chamemos-lhe, então, Fórum, que não tem essa carga institucional. Mas que tenha esta agenda que está aqui, que, pelos vistos, ninguém contestou, até foi elogiada ou foram bem vistas aqui várias propostas que nós apresentamos.

Portanto, subscrevo. Não sei se, do ponto de vista regimental, podemos alterar aqui alguma coisa ou como é que quer formalizar isso. Da nossa parte, estamos inteiramente disponíveis, porque queremos é resultados, não é aqui a questão de ver quem é que tem a barriga maior e quem é que é o pai da criança. Gostaríamos, efetivamente, de ver formalizado.

Sr. Vice-Presidente – Isso podia ser formalizado numa proposta que a Vereadora, conversando com vocês, que são autores iniciais desta coisa, fazer a arrumação dessa agenda, quais as iniciativas que, ao longo do ano, poderiam ser feitas para isso e, depois, a gente trazer aqui a informação desse programa. É um programa de ação.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Como eu tinha proposto na minha intervenção inicial e uma vez que nós já iniciámos as Jornadas do Direito Animal, penso que devíamos dar seguimento a esta iniciativa. Foram feitos ciclos de conferências e, em alguns sítios, foram chamados Ciclos de Conferência dos Animais e Direito, noutros foram chamados Jornadas do Direito Animal.

Foram feitos em 5 municípios, apenas, mas eu penso que nós, como já temos esta parceria com a ONDAID, podíamos dar seguimento a esta iniciativa. Posso reunir com eles, ver que tipo de temas é que seriam interessantes e podemos agendar, numa base anual ou numa base semestral, estas ações de discussão, conforme tínhamos feito já no dia 20 de junho de 2018 e dar seguimento àquilo que é o trabalho que temos vindo a desenvolver, de uma forma, então, sistemática e com o compromisso de podermos fazer uma vez por ano ou duas vezes por ano.

Portanto, o que eu acho é que se pode, então, dizer que esta iniciativa é uma iniciativa que tem pernas para andar e que vai ter a sua continuidade.

Sr. Vice-Presidente - Portanto, podemos consensualizar uma ideia. A formalidade, às tantas, tem que aparecer, não é? É o Programa Participativo do Bem-Estar Animal. Nós estabelecemos um Programa Participativo do Bem-Estar Animal.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Sr. Vice-Presidente, eu tenho ideia que, no âmbito das últimas jornadas, até foi feita uma compilação de todas as comunicações. (Está ali um diretor de departamento a dizer-me que “sim” com a cabeça). Elas foram disponibilizadas para o público em geral. Penso que podemos constituir um “dossier” com esta matéria e podemos ir fazendo ou um ciclo de conferências ou o que for. O nome é indiferente, o que interessa é que temos que fazer. Quando digo que o nome é indiferente é porque nós já temos um nome, já temos a iniciativa, ela já existe.

Sr. Vereador Paulo Lopes - Estamos a falar de coisas diferentes. O que existe são ações dos serviços municipais, o que se está aqui a propor é uma coisa diferente. Estamos disponíveis para retirar a proposta e, portanto, arranjar aqui uma solução. Portanto, que fique claro, não há aqui nada, estamos disponíveis.

Agora, o que queríamos, como é óbvio, era um pouco mais do que aquilo que está a ser feito no âmbito de reunir esta gente e não são as ações daquilo que o CROAC está a fazer e que a Sra. Vereadora, nos seus serviços, faz. Não é isso. É, em 2 momentos ao ano, 2 ou 3 - foi dito 2, aceitamos, nesta primeira fase, 2 momentos ao ano -, juntar toda esta gente que consta nesta proposta, para discutir, debater aquilo que foi aqui falado já, entre nós, conceitos.

Nós, aqui, chegámos a discutir conceitos. Estamos, ainda, na fase de discussão de conceitos. A alteração de regulamentos, pelos vistos, já vai ser feita, porque foi discutida na Comissão de Ambiente e Urbanismo, mas, eventualmente, podem, nestas discussões, surgir até mais contributos para se alterar o próprio regulamento.

Portanto, é uma coisa diferente. Aquilo que eu quero é ir ao espírito daquilo que o Sr. Vice-Presidente aqui disse, e, de alguma forma, se não é sob proposta, é haver aqui um compromisso de até juntar a Vereadora Teresa Andrade e a Vereadora Carla Guerreiro, criar um programa, criar um fórum, em que fique definida esta temática.

Não vamos definir aqui o nome, mas fica aqui definido, realmente, que isto vai ocorrer.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Peço desculpa, mas, para esta iniciativa que nós tivemos em junho, não foram escolhidas pessoas para estarem presentes, como num Conselho Municipal. Participaram as pessoas que quiseram, participaram as pessoas que estavam interessadas nesta matéria. Foi feito um programa vasto de debates sobre várias matérias. Nós estamos disponíveis para continuar com este programa, fazer essas...

Sr. Vereador Paulo Lopes – Mas nisso nós não nos revemos, nós queremos mais.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Mas o senhor nem sequer esteve lá na sessão!

Sr. Vereador Paulo Lopes – Daqui a nada vai-me dizer que eu não paguei IMI em Lisboa e não posso ter o nome em Lisboa. Quer dizer, o eu não estar na sessão não quer dizer que eu não saiba o que se tenha lá passado, desculpe lá...

Estou a dizer que aquilo que estamos aqui a discutir não tem a ver com aquilo que tem sido a ação da Câmara. Estamos a propor uma coisa diferente daquilo que está e pode ser complementar.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Mas, você nem sabe o que é que está a propor, Sr. Vereador!

Sr. Vereador Paulo Lopes – Então, não sei? Eu acabei de dizer. Estou a propor um Conselho Municipal com este conteúdo que está aqui. Os senhores, numa primeira abordagem, disseram que não faz sentido...

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – E é o senhor que vai escolher os cuidadores das colónias? É o senhor que vai lá dizer se é o Manel ou é o Joaquim?

Sr. Vereador Paulo Lopes – Numa segunda versão, propôs-se uma abertura para alterar e, agora, a Sra. Vereadora está a dizer que já estão a realizar todo esse trabalho, que não faz sentido fazer aqui mais nada porque já estão a fazer. Nessa terceira versão, nós não nos revemos. Nós queremos...

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Peço desculpa, mas aquilo que estou a propor é que se dê continuidade à iniciativa que se fez em junho...

Sr. Vereador Paulo Lopes – Mas não é isso que está em causa. Não é isso que está em causa.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – ... e que se adapte esta questão com esta iniciativa.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não é isso que está em causa. Então, votamos esta. Eu não estou a pôr em causa a continuidade do trabalho que o CROAC e que o seu pelouro, estão a fazer. Ponto.

Não estou a pôr isso em causa. Estou a apresentar uma proposta clara, que até recebeu os seus elogios nalgumas questões.

Chegou-se à conclusão que institucionalizar isto podia ser mau. Houve uma proposta no sentido de criar, aqui, um fórum, umas jornadas menos institucionais, mais maleáveis, digamos assim.

Agora, está-me a dizer: *“Mas, tudo isso já nós fazemos e, portanto, não merece a pena”*. Então, não percebo. Eu é que já não percebo o que é que estão a propor.

Sr. Vice-Presidente – Então, vamos fazer uma coisa. Isto não se pode eternizar. Vamos fazer uma intervenção, uma última intervenção por cada bancada e, depois, tomamos uma decisão: ou a proposta se mantém e se vota ou a proposta se retira e atuamos no sentido de proporcionar - não sei se é fórum, se é plataforma, se é encontro, se é jornadas - seja o que for.

Aquilo que eu percebo, claramente, é que, da parte do Partido Socialista, é que as participações estejam asseguradas, toda esta gente possa participar nas discussões sobre o bem-estar animal. É esse o ponto-chave, da vossa parte, não é?

Julgo que isso não está a ser negado e que nós estamos a dizer a mesma coisa: é, em 2 momentos anuais, digamos assim, que é para não ser um encontro tão esporádico, ter uma iniciativa, sejam jornadas, seja fórum, seja encontro, em que todas as pessoas participem e discutam as questões do bem-estar animal, em relação às suas competências e capacidade. Isto julgo que é consensual nas discussões que têm sido feitas. Agora, se não entendermos que não ter uma forma para isto, em alternativa, não é suficiente, então teremos que votar. Cada bancada faz uma intervenção e o assunto termina e, depois, votamos, ou não votamos, conforme houver consenso.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Não sei qual é que vai ser a posição do PS, mas acho que, tentando aqui ter uma postura construtiva, se for para manter a proposta, acho que isto é uma mera questão de palavras: Trocar onde se lê “*Conselho Municipal*” por “*Fórum*”, na maior parte do texto, é adequado; onde diz “*órgão*” trocar por “*Fórum*”, na maior parte do texto, também é adequado e acrescentar um último parágrafo que diga que este fórum reúne 2 vezes por ano. É quase um trabalho de dois minutos, que vocês faziam, e propunham a alteração da proposta.

Se o quiserem fazer, o assunto fica resolvido. Se não o fizerem é contraditória toda a discussão que tivemos. Acho que é essa a questão. Portanto, se o fizerem, acho que isto ficava arrumado num instante, sem mais ninguém discutir.

Sra. Vereadora Teresa Andrade - Penso que a proposta é mesmo nesse sentido e a abertura é nesse sentido. Eu não estou a pôr em causa nenhum do trabalho que foi feito, muito pelo contrário. Acho que todo o trabalho que está a ser feito é um trabalho importante. A questão é que nós achamos que esse trabalho deve abranger outras formas.

Portanto, concordo com o nome que lhe quiserem dar, desde que tenha este formato que o Sr. Vice-Presidente aqui apresentou, no sentido de envolver todas as entidades.

O que está a ser feito com a ONDAID, o que está a ser feito de outra maneira, que continue, porque tem que ser feito. São outras medidas. São complementares, são estruturantes, são aquelas que definem outro tipo de políticas a nível municipal.

Agora, por exemplo, a ONDAID, neste momento - já estou inscrita há mais de um mês -, vai promover, agora, em janeiro, o 1.º Congresso Nacional de Estratégias Locais para a Promoção do Bem-Estar Animal. Vai ser nacional, embora seja em Sintra.

Estamos todos preocupados. Estas novas medidas que surgiram estão a preocupar todos os municípios e acho que é salutar que trabalhemos em conjunto. Pode ser um fórum, pode ser um projeto participativo. Aceito, perfeitamente, essa modificação.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Aquilo que nós temos vindo a fazer é, mais ou menos, isto que está aqui a ser proposto.

A questão é que nós não temos nada formalizado, no sentido de quem é que são as pessoas e a quem é que são dirigidos os convites, mas, é óbvio, que aquilo que aconteceu no dia 20, foi com a colaboração destas entidades que são intervenientes.

Agora, aquilo que o vereador está, aqui, a dizer é que “*não é aquilo que a Câmara tem vindo a fazer, é uma coisa diferente*” e aquilo que eu digo é que é exatamente aquilo que a Câmara tem vindo a fazer, não é uma coisa diferente.

Nós começámos por fazer as Jornadas do Direito Animal e a minha proposta é: porque é que não mantemos o formato, com as parcerias que já temos? Se houver outras pessoas a incluir, outras entidades a incluir, iremos incluir, obviamente.

Agora, não estou a perceber porque é que se tem que desperdiçar todo o trabalho que já foi feito para ter que fazer uma coisa nova, só para ser completamente diferente do que já foi feito, se isso não faz sentido.

Portanto, a proposta é que nós continuaremos a trabalhar com a ONDAID, como temos vindo a fazer, com as associações locais, com o SEPNA, com o Ministério Público, com toda essa gente e que possamos organizar, então, as 2.ªs Jornadas do Direito Animal.

Sr. Vereador Paulo Lopes – As Jornadas do Direito Animal centraram-se na parte legal e não na parte operacional, de quem está no campo.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Mas, agora, o tema, somos nós que vamos definir.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Está bem, mas, então, tem que se convidar outras pessoas.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Mas o Vereador pode-nos dar a indicação das pessoas que quer convidar e nós...

Sr. Vereador Fernando Paulino – Está aqui, na proposta.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Não, não está. O que é que está aqui, na proposta? A ONDAID já faz parte, o SEPNA já faz parte. O Governo Central? Não sabemos quem é que é o Governo Central. E, depois, não diz mais nada.

Sr. Vereador Paulo Lopes – *“Onde estejam incluídos os cuidadores informais de colónias”...* Estão referenciados ou não estão referenciados?

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Mas, estiveram presentes nestas jornadas...

Sr. Vereador Paulo Lopes – Posso continuar? *“Representantes dos veterinários e clínicas veterinárias locais, que queriam colaborar com o Município...”*

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Estiveram presentes.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Oiça, mas quem é que esteve presente? Foi a Câmara que convidou? Como é que foi feito todo este processo?

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Foi feito por convite.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Acho que é assim: há aqui de diferente que não houve nenhum (...) No fim, vocês aceitaram.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Desculpe lá, mas, este conselho, é para ser da Câmara ou é para ser fora da Câmara? É, porque se é para ser fora da Câmara, não vale a pena estar a ser discutido em reunião da Câmara! Está-me a dizer: *“Foram convidados? Quem? Foi através da Câmara?”* Claro que foi através da Câmara. É óbvio.

Sr. Vice-Presidente – Pronto, vamos terminar a discussão e vamos votar a proposta que está, que é a que existe, já que perdemos tanto tempo a dizer a mesma coisa.

Continuamos a dizer a mesma coisa, mas, afinal de contas, a questão da difícil relação da formalidade com a factualidade ainda é mais difícil do que eu pensava. A gente tem uma dificuldade em ajustar o facto à forma.

Portanto, vamos retomar a forma inicial, votamos, e a Câmara e o Pelouro do Ambiente, continuará a fazer a sua atividade e a sua programação. Fica aqui o apelo, que foi feito há pouco, de, mais regularmente, trazer informação das atividades e das participações, já que esse é um tópico importante para o Partido Socialista (*“Quem é que participa nas coisas?”*), que é para ver se estamos a dar corpo aquelas preocupações, ou não.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo reprovada por maioria e em minuta, com 3 votos a favor dos Srs. Vereadores do PS, 5 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Fez a seguinte declaração de voto: *“É só para dizer que eu concordo com o conteúdo. A forma, efetivamente, de Conselho Municipal, é que acho que não era a mais adequada, daí a abstenção. Nada mais a opor quanto à proposta”.*

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votei contra pelo facto de estar em causa não era o trabalho em torno do bem-estar animal, não é o facto das práticas e do trabalho de profunda auscultação e participação, da população, das organizações que trabalham no bem-estar animal, que é prática da Câmara, nesta como nas outras vertentes, mas era passar uma proposta para dar a entender que, na prática política e no exercício das competências da câmara, a Câmara Municipal de Setúbal não ouve as populações, não ouve as organizações que participam e que trabalham nesta área, porque, como ficou claro, no debate, apesar de a Câmara organizar iniciativas neste sentido, ouvir as populações, envolver as populações naquilo que são as soluções que vai apresentando e que vai evoluindo, o Partido Socialista entende que só na criação de uma formalização e institucionalização de um suposto Conselho Municipal é que se garante a participação da população”.*

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Fez a seguinte declaração de voto: *“Cumpre-me só lamentar que a compreensão do Executivo seja essa, porque a intenção deste projeto é unir e não desunir. Cumpre-me lamentar que, perante um acordo em que estávamos todos unidos em torno da mesma questão, se coloque apenas a questão daquilo que faz ou não faz o Executivo, porque aquilo que foi visto é que, de facto, o Executivo faz. Podia fazer mais e nós estávamos aqui para ajudar, para se fazer mais. Lamentamos que seja esta a posição”.*

C) Período destinado à intervenção do Público

Não houve.

O Sr. Vice-Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Vice-Presidente da Câmara,



Manuel Joaquim Pisco Lopes

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 09 de janeiro de 2019, por unanimidade, contém 30 folhas numeradas e rubricadas pela Sr. Vice-Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Carlos Mendes

Conferida por:
Ana Cristina Claro